

dores de Niterói realmente fazer um projeto de lei para que possa a Águas de Niterói disponibilizar todas as informações referentes a saneamento do município de Niterói num site, pelo princípio da transparência, porque a gente não vai conseguir evoluir no saneamento se a gente não tiver esses dados para transformá-los em metas, e aí, sim, a gente estabelecer essas metas dentro de um Plano de Saneamento Municipal.

E para completar a minha fala, que eu não quero ser longo, como bem colocou aqui o Vereador Bruno Lessa, é inadmissível que um plano de saneamento Municipal não dialogue com o Plano Diretor. E mais, vou até além também com o Plano Estadual de Saneamento, porque, as praias aqui da Baía de Guanabara que estão aqui em Niterói se comunicam. Então, tem um Plano de Saneamento Estadual também, e é preciso que esse plano municipal que a Prefeitura está organizando... talvez seja por isso que ela não esteja presente, porque ela não consegue dialogar ou com o estado, ou com outros órgãos da sociedade civil. O plano para ser completo, para ser eficiente é preciso dialogar com todo mundo.

Obrigado, boa noite! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, Dr. Marcelo.

Agora, Dr. Maurício. O senhor tem três minutos, Maurício.

O SR. MAURÍCIO CASTRO - Em primeiro lugar, boa noite. Eu vim aqui mais para fazer uma companhia ao nosso amigo Marcelo, mas fico aqui meio triste, como você falou, eu acho uma falta de respeito o pessoal da Prefeitura não estar aqui presente. Eu acho que quando você fala em saneamento básico, você fala em comunidade, eu acho que a figura principal que deveria estar aqui... Tem alguém da Fanit aqui? Não tem ninguém da Fanit. Então, no caso aí, é lamentável. A presença do Amâncio; eu acho que deveria estar aqui. E uma outra pessoa que eu acho que, salvo engano, o André Fidalgo, que é o chefe lá, não é isso, Halphy? O chefe do serviço concedido, que fiscaliza vocês, o André Fidalgo?

(Fala Fora do Microfone)

Então, esse tipo de pessoas deveriam estar aqui.

E o que eu tenho para falar aqui, que é uma coisa triste e lamentável; você conhece a nascente do rio Alameda?

(Fala fora do microfone)

Então, aquilo deve ser puro esgoto. O que acontece? Perto de onde eu moro, a São Januário - aquele pedaço ali já foi até matéria do Ministério Público investigar - falam que ali tem esgoto, que eu acho que foi no tempo da tubulação de telefone que botaram o esgoto. Eu tenho quase certeza que naquele pedaço ali não tem. Então, eu venho aqui agradecer a presença do Vereador Bruno Lessa, do Paulo Eduardo, que está ausente aqui, mas deve voltar; para ajudar o pessoal aqui de Niterói. Porque o resto dos vereadores, cadê? Pessoal da base, não tem mais ninguém aqui.

Então, eu queria agradecer, pedir ao Schmidt, que se possível fosse, cobrasse da Águas de Niterói esse esgoto perto ali do Fonseca, que eu acho que não existe. E venho aqui complementar aquilo que ele fala, que eu fico indignado, porque eu gostaria de pagar o valor mínimo de água; o que eu consumisse.

Só isso, e boa noite. Não vou me alongar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Dr. Maurício, complementando o que o senhor falou, eu vou estar oficiar, por meio do nosso gabinete, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em algumas coisas. Pontuando aqui, primeiro é a cópia da ação civil pública TAC e qualquer outro instrumento que tenha autorizado o chorumeduto Morro do Céu até Icaraí; o que verse sobre chorume do antigo aterro do Morro do Céu; analisar prazo do TAC e condições. Segunda questão, nós vamos requerer também a licença de operação da ETE de Icaraí; mandar para Smarhs e Inea.

(Falas Fora do Microfone)

Só um minuto.

Requerer também da Smarhs e do Inea a licença ou outro ato autorizativo de recebimento e tratamento de chorume do Morro do Céu na ETE de Icaraí. Nós estamos aqui para fiscalizar, a gente não pode punir nem cobrar; nós vamos delegar função para quem, de fato, vai fazer, que é o Ministério Público do Rio de Janeiro. Quarto, quais outros aterros sanitários, CTRS encaminharam chorume para a ETE de Icaraí através de caminhões? Por quanto tempo? A operação era cobrada? Qual o volume tratado? Encaminhar todos os relatórios técnicos. Eu tenho certeza que a Águas de Niterói não vai deixar de mandar para o Ministério Público essas informações que nós estamos requerendo. A gente tentou de uma forma pedir informações e a gente vê que é muito moroso, tudo muito destratado. Você vê pela própria Prefeitura, que é muito boa em fazer uma arte depois que a gente faz uma audiência pública, falando que trata o saneamento. A Prefeitura é muito boa em fazer essa midia toda que a gente costuma olhar nas redes sociais, mas é uma péssima Prefeitura em estar presente onde deveria vir para o debate, onde a gente vai estar sempre presente para debater não só com ela, mas com a população que é a principal envolvida, interessada e todos os outros entes. Isso eu tenho que tirar o chapéu para o senhor, porque o senhor está sempre presente, mesmo não me dando a resposta que eu tanto quero saber.

(Fala fora do microfone)

E, por fim, o aterro do Morro do Céu é considerado tecnicamente remediado desde quando? Essas vão ser as perguntas que nós vamos oficiar para o Ministério Público, e nós teremos em pouco tempo, se Deus quiser, essas respostas.

O SR. - Deputado, eu queria dar uma sugestão para o senhor. Existe o lixão e quando você sobe ali a São José, que você dobra para a esquerda, no meio tem um pedaço que tem um recuo, tanto é que quando chove, aquilo já está alagando. Eu não tenho certeza, mas parece que por ali a lixeira já está começando a fluir; está arriscado a ter um grande acidente. Gostaria que você complementasse isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Vamos colocar.

Pode falar.

O SR. HALPHY RODRIGUES - Pedir a palavra aqui ao deputado. Com relação ao chorume, par ser bem breve, até porque ao adiantar da hora. Conforme já foi mencionado, existe um TAC; a Águas de Niterói entrou a convite para solucionar o problema do chorume. A partir do momento em que ela foi convidada a resolver o problema, pediu que fosse feito um estudo na Coppe UFRJ e na UERJ - e a gente vai disponibilizar esse estudo aqui para a comissão. A UERJ e a UFRJ, através da Coppe, atestaram que a estação de tratamento poderia receber até 2% do total da média de tratamento dela, que é 850 litros por segundo, e ela poderia receber em torno de 17 litros por segundo. Hoje, o chorume que ela recebe do Morro do Céu, e apenas Morro do Céu, é em torno de 1 litro por segundo. Isso está licenciado pelo Inea, a gente tem autorização hoje; e aí, como bem lembrado pelo Daniel, a partir de 2014 não poderia se receber de fora de Niterói, e a gente tem pela licença de operação do Inea autorização para receber esse chorume, em específico do Morro do Céu, que foi autorizado pelo Inea após o estudo da Coppe UFRJ.

O SR. - Dr. Halphy, quanto que dos outros municípios a Águas de Niterói recebeu de volume e quanto que era cobrado?

O SR. HALPHY RODRIGUES - Isso foi paralisado em 2014, eu não estava nem em Niterói ainda. Eu posso até responder aí para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Como boa-fé, vou acrescentar no primeiro ofício, vou descobrir aonde ele foi parar. Eu fiz esse ofício e assinei. Antes de mandar para o Ministério Público, eu vou acrescentar esses cinco itens, e aguardo uma resposta.

Agora, Dr. Sérgio Ricardo, Baía Viva, por gentileza. Vou continuar pedindo um pouco de celeridade. Dr. Sérgio Ricardo, por gentileza, se o senhor puder ser o mais breve possível.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Saudar aqui todos e todas pela realização da audiência pública.

Pelo adiantar da hora, eu queria objetivamente tratar de duas questões. A primeira é que eu concordo com a nossa companheira Eloísa Torres. Houve um investimento aqui no Rio de Janeiro, da década de 90 para cá, o programa de despoluição da Baía de Guanabara. Esse investimento é absolutamente insuficiente em relação ao déficit de saneamento que nós temos no estado, aproximadamente... mesmo estando no Sudeste do país, aproximadamente 70% do esgoto sanitário no Estado do Rio de Janeiro não são tratados. Acho

que o caso de Águas de Niterói vai ser olhado pelas autoridades com uma lupa, porque foi um negócio... acho que nem de pai para filho se faz isso na década de 90, quando houve essa privatização tanto de Niterói quanto da Região dos Lagos. Na prática, a empresa apresenta uma lucratividade porque recebe água quase de graça. O valor é absolutamente risório. Então, acho que precisa ser olhado com uma lupa esses contratos; ao meu ver, lesivos ao interesse público.

E os investimentos que foram prometidos naquele momento, não foram realizados. Porque nós sabemos muito bem que muitos investimentos daquele período de vários serviços que foram privatizados na década de 90 foram custeados com o dinheiro público. Por exemplo, na área ambiental usou-se muito dinheiro do Fundo Estadual de Conservação Ambiental, que é o FECAM, o caixa forte da política ambiental - ou era -, para financiar atividade de empresas, em diversos setores. Inclusive na área do saneamento. Então, acho que isso deveria ser objeto de investigação da Assembleia Legislativa.

Mas eu concordo com a Eloísa no seguinte aspecto: para a gente universalizar o saneamento aqui da região metropolitana e, despoluir entre aspas a Baía de Guanabara, que já houve muitas promessas, a gente precisa de um investimento de cerca de 30 bilhões de reais. Eu acho que essa é uma questão estratégica para o Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro está passando por uma falência financeira a partir de 2016; provavelmente é um dos estados com maior número de desempregados. Nós temos no centro do Rio de Janeiro cinco mil pessoas morando nas marquises; na Região Metropolitana, 20 mil, e o setor do saneamento é um setor que pode gerar emprego, tecnologia, desenvolver as universidades, enfim. Uma das saídas econômicas passa por esse investimento do saneamento ambiental, e a Assembleia Legislativa e as câmaras de vereadores têm um papel importante nisso.

É lamentável, por exemplo, a Prefeitura não estar aqui. Uma das maiores cidades do país, a gente fazendo um debate aqui sem a presença da Prefeitura. E a Prefeitura tem uma responsabilidade. Espero que a Prefeitura de Niterói não faça como o prefeito do Rio de Janeiro, onde eu moro; que publicou um plano estratégico da cidade, que sequer a expressão Baía de Guanabara é citada, dizendo o seguinte: "Eu não tenho nada a ver com isso; isso é uma questão do estado com a Cedae". Não é bem assim. Em algumas cidades do país já tem prefeito até sendo pedida a prisão, exatamente por não observar sua responsabilidade com o plano de saneamento - essa é a primeira questão. Então, eu acho fundamental o investimento desse setor para ajudar o (não compreendido) a sair da crise.

E a outra questão - rapidamente - é que eu considero a chamada crise do chorume não tratado no Rio de Janeiro. Nós não vamos ter tempo suficiente aqui, mas quero dizer o seguinte: a nossa Baía de Guanabara está recebendo 1 bilhão de litros de chorume por ano. O que aconteceu é que houve uma grande irresponsabilidade. O marco tem a ver com 2012. 2010 foi aprovada a Política Nacional de Resíduo Sólido com prazo para desativação de todos os lixões, e em 2012, a cidade do Rio de Janeiro ia receber a Conferência Internacional Rio + 20. Quando ocorreu a Eco 92, o motivo de maior interesse da imprensa internacional e da opinião pública era o malfadado lixão de Gramacho... 92. Vinte anos depois, novamente, Gramacho. E o Estado montou uma operação para desativar todos os lixões e licenciar novos aterros sanitários. Não vamos aprofundar, mas o que importa é que não foi exigido nas licenças ambientais um cronograma para implantar as estações de tratamento de chorume. Eu não conheço no detalhe o que está acontecendo no morro do céu, mas eu desconheço que haja um tratamento de chorume eficiente nesses lixões que foram desativados e nos aterros sanitários que estão aí. As empresas estão economizando. As empresas por não serem obrigadas pelo órgão ambiental a cumprir o que a lei já determina, elas estão economizando. A gente ouve por aí: "Eu só vou fazer quando for exigido". E aí, o que que aconteceu na semana passada?

Vejam a que estado nós chegamos! No lixão de Gramacho aqui, que foi citado, os pescadores de Saracuruna, da comunidade da Chacrinha, que vivem da catação do caranguejo, viviam, estão vivendo hoje catando embalagem plástica do manglezal e no Rio Sarapuí. Olha que nós temos aqui, em uma das maiores Metrópoles do planeta. Aqui, do lado. Ao meu ver há uma omissão, uma convivência do órgão ambiental e aqui eu quero falar fraternalmente, porque temos aqui amigos que atuam no órgão. Acho que a responsabilidade não é de vocês. Nós temos um Secretário de Meio Ambiente na cadeia. Aliás, nós temos 5 conselheiros, vários deputados, dois ex Presidentes da Alerj, dois Governadores, até gente do Ministério Público. Então, é uma situação, a meu ver, de uma corrupção endêmica, sistemática acontecendo no Rio de Janeiro. E qual foi o resultado disso na semana passada? Vejam só, o Ministério Público Federal de São João de Meriti, em relação ao caso específico do lixão de Gramacho, que é a maior fonte de poluição desse 1 bilhão de litro de chorume que a Baía recebe por ano, entrou com uma ação, pedindo a prisão, uma ação criminal, penal, contra a empresa Gás Verde, que é responsável. A minha pergunta é o seguinte: Será que nós vamos precisar chegar a isso? A lei de crimes ambientais ser utilizada em última instancia? Então, acho que essa é uma questão que precisa ser discutida. E aí, eu vejo com muita preocupação movimentações, por exemplo, do Congresso Nacional, de ampliar esses prazos para desativação, para encerramento e para recuperação ambiental dos lixões no país.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Conclua, Dr. Sérgio, por favor.

O SR. SÉRGIO RICARDO VERDE - Vou finalizar, deputado. E espero também, que a Assembleia Legislativa diante de uma crise gravíssima... se a gente quiser ir mais próximo, é só chegar aqui no lixão de Itaoca. Aliás, a própria Assembleia Legislativa, deputado, nas duas últimas legislaturas criou comissões. Uma delas era presidida pelo deputado que está preso, Albertassi. Estiveram aqui, no lixão de Itaoca. Pessoal, Gramacho Itaoca é a maior concentração de hanse-níase da América Latina. O faturamento de uma empresa como a ... como... o orçamento de uma empresa como a Comlurb é de R\$1,7 bilhão de reais. É mais do que muitas cidades juntas no país. E nós estamos vivendo essa situação muito grave.

Então, sei que o servidor público no Rio de Janeiro da área ambiental está passando por assédio. Há uma situação no país em que os servidores do Ibama, hoje, do ICMBio estão quase impedidos de fiscalizar os criminosos ambientais. Esse é o país que nós estamos vivenciando, tá?

Então, tenho muita esperança nessa mobilização aqui que os companheiros de Niterói estão fazendo, da sociedade civil. E acho que devemos cobrar das Prefeituras essa responsabilidade, e infelizmente - eu digo infelizmente! - vejo o Ministério Público ter que aplicar a lei de crimes ambientais em última instancia. Isso significa que se isso prosperar, nós vamos ter aí, daqui a pouco, o presídio em Bangu cheio de ex prefeitos, de ex secretários do Meio Ambiente, e de empresas que estão deixando de cumprir a lei, de fazer o seu papel.

Muito obrigado!

Acho que a Assembleia Legislativa para finalizar... ela deve... Há notícias na imprensa de que a Alerj pretende estender prazos, para o cumprimento dessa legislação, flexibilizando em relação ao tratamento de chorume, isso é absolutamente ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Conclua, Dr. Sérgio, por favor.

O SR. SÉRGIO RICARDO VERDE - Se isso está na cabeça de algum parlamentar, eu peço uma reflexão. E quem tiver dúvida vá o conhecer em torno do lixão de Itaoca e de Gramacho, que vocês vão ver a dramaticidade. São empresas, a maior parte delas internacionais, estão ganhando milhões e milhões por ano e a Baía de Guanabara sendo sacrificada e os pescadores artesanais.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Por favor, agora com a palavra, o Dr. Sidney da Preserv. Obrigado, Dr. Sidnei. O senhor será o primeiro, sabia?

O SR. SIDNEY CASTRO - Boa noite a todos. Meu nome é Sidney, eu estou Presidente da Preserv, que é uma Associação de Preservação Ambiental aqui de Niterói. Em primeiro lugar, quero parabenizar os membros dessa importante comissão de Saneamento Ambiental da Alerj, na pessoa do seu Presidente, deputado Gustavo

Schmidt, pelas tarefas já desenvolvidas e pelo empenho e comprometimento com o resultado do trabalho proposto. Parabéns!

Conter o vazamento do chorume, deputado, ou mais difícil ainda, conseguir reverter as consequências nefastas desse vazamento é sem dúvida algo muito importante. Porém, talvez o mais importante e certamente mais gratificante é conseguirmos agir antes que o mal aconteça. Sendo assim, e apostando em contar com a ajuda dessa importante comissão, quero apresentar a seguinte situação absurda, ilegal e trágica ao Meio Ambiente, que está em eminência de acontecer. A região Leste de Niterói, mais especificamente o Bairro de Várzea das Moças é totalmente abraçado pelo PESET, o Parque Estadual da Serra da Tiririca. Por ser uma região de características rurais com muitos pequenos e tradicionais produtores de cultivos diversos, esta área no Plano Diretor antigo da cidade era uma área de especial interesse agrícola com diretrizes específicas para essa vocação da região. O novo Plano Diretor da cidade aprovado no final do ano passado, como o Bruno falou ainda há pouco, reforçou ainda mais essa proteção, pois, além de ter sido designado como área de preservação e conservação dos ecossistemas naturais, também foi definida como área de recuperação ambiental e uso sustentável com um dos seguintes objetivos: criar áreas de especial interesse agroecológico sobretudo, nas zonas de amortecimento das unidades de conservação, apoiando a agricultura urbana, a agroecologia, hortas comunitárias, com incentivo aos usos sustentáveis, a agricultura sustentável e o respeito as comunidades tradicionais. E outras diretrizes, mais no tocante à recuperação e à proteção ambiental. Ocorre, senhores, é que nessa área, em especial interesse agrícola, sem saneamento básico, dentro da zona de amortecimento do PESET, exatamente no limite do parque, querem construir um cemitério.

Vale ressaltar, que de acordo com a resolução Conama 52/2012, o grau de potencial poluidor de um cemitério se equivale ao mesmo potencial poluidor de um aterro sanitário. Igual também, a um distrito industrial. Acho que não existe nada pior para se construir nessa área. Mas, ainda podemos, e certamente devemos, deputado, evitar essa tragédia para as gerações futuras. Apesar de várias iniciativas populares contra esse projeto que está em andamento, e apesar do inquérito no Ministério Público do Meio Ambiente de Niterói com o Dr. Luciano Matos, os interesses políticos e financeiros ainda prevalecem. Poderíamos aqui abordar vários aspectos do grande e irreparável dano que o necrochorume poderá causar à região. Mas, acho que só o absurdo da proposta para essa área em específico já é um disparate mais do que suficiente. Dessa forma, acreditando no propósito dessa comissão, peço-lhes que nos ajudem para que tal aberração ambiental não aconteça.

Obrigado! (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Dr. Sidney, foi até bom o senhor tocar no necrochorume, porque a nossa comissão já protocolou e já passou até da CCJ na Assembleia Legislativa, um projeto exatamente falando do necrochorume. Nós vamos criar uma lei Estadual para evitar exatamente esse tipo de... tem os seus méritos, que cada cemitério vai ter que se adequar. Tem a construção de hotéis, ou então, outros paliativos paralelos, mas, que a gente vai tentar minimizar e até cessar essa covardia que querendo ou não, não sei, não posso falar, se é comparado a um aterro sanitário. Mas, eu tenho certeza que em locais inadequados contamina, com certeza, o lençol freático e prejudica e muito a população de cada município, principalmente aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Agora, com a palavra, o Dr. Antônio Oscar, Conselho Municipal de Transparência. Dr. Antônio, o senhor tem três minutos.

O SR. ANTÔNIO OSCAR - Vou me esforçar para cumprir o prazo. Embora, a temática requeira um nível de reflexão mínimo para a gente poder tocar. Mas, antes de mais nada, eu queria agradecer a informação trazida pelo Vereador Bruno Lessa, sobre o processo de contratação do plano de saneamento. E nós já tínhamos notícias com relação a essa aberração, que Niterói está propondo, que é fazer com que o Plano de Saneamento contemple também o Plano de Gestão de Resíduos. Isso viola a lei da política Nacional, que estabelece que os municípios tenham o seu Plano de Gestão de resíduos, não é?

Dentro dessa linha, eu também queria aproveitar e agradecer o estudo da Michelle com relação à questão do chorume, muito esclarecedor, sobre o impacto que isso causa para o meio ambiente. Embora, o nosso objetivo, eu trabalho na Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordeno lá um projeto chamado Repair, que é rede de informação e pesquisa em resíduos e a nossa expectativa é que a gente não precise tratar do chorume, porque o chorume precisa deixar de existir. Porque, na realidade as soluções dos aterros sanitários são o maior contrassenso que possa existir! Posso afirmar que o aterro sanitário é a solução economicamente burra, ambientalmente degradante e socialmente excludente. E nós, cidadãos, estamos de alguma forma permitindo que isso aconteça.

Então, a questão da destinação final dos resíduos para atender a um conceito, que já foi apresentado aqui pelo Walter Plácido, se chama coleta seletiva com inclusão social dos catadores, no sentido de fomentar a economia circular. Então, é esse o objetivo. E a sociedade precisa estar consciente com relação a isso. Na realidade, nós também estamos sendo omissos. O Sérgio Ricardo citou um exemplo do Rio de Janeiro, onde a companhia de limpeza do Rio de Janeiro gasta R\$ 1 bilhão e não sei quanto para uma solução, que tem essa característica: ambientalmente degradante, economicamente burra e socialmente excludente. E nós, cidadãos, estamos de alguma forma permitindo que isso aconteça.

Em Niterói não é diferente. Niterói hoje, provavelmente, o 4º maior orçamento da cidade é também para reproduzir esse modelo do aterro sanitário, que hoje já não ocorre em Niterói. Niterói, que tem na sua história a tragédia do Morro do Bumba, ou seja, estamos falando aí novamente de um lixão que gerou aquela tragédia, que depois gerou a degradação do Morro do Caramujo, e hoje ainda estamos pagando um preço alto com relação a isso, com relação a essa questão.

Então, nesse sentido, também queria reforçar o que o Marcelo falou aqui com relação a esse plano. O plano o que é? Ao plano eu faço um diagnóstico, e a partir desse diagnóstico eu estabeleço a minha política, e a minha política têm que ter metas e prazos. Então, é necessário que a gente tenha esse diagnóstico e diga, então a situação de Niterói é esta, seja com relação ao saneamento, seja com relação aos resíduos, e no ano de 2019 qual é a meta que a gente pretende alcançar com relação a isso.

Com relação ao saneamento, e já houve uma série de questionamentos com relação a esses percentuais e esses dados, quer dizer, embora a gente tenha que ressaltar aqui a presença sempre solicitada do Halphy. Mas, o fato é que contra fatos não há argumentos. E o Walter Plácido foi cristalino com relação a isso. Então, se os rios de Niterói estão poluídos, se as lagoas de Niterói estão poluídas, se as águas e tais, se as praias da Baía não têm balneabilidade é sinal de que certamente nós ainda temos muito o que fazer com relação à questão do saneamento.

Então, o que eu quero me colocar aqui, enquanto representante da sociedade civil, junto com diversos outros companheiros que também militam com relação às questões da cidade, é de que certamente nós vamos acirrar a cobrança com relação ao poder público de Niterói, que também quero reiterar, que é vergonhoso que em um debate tão importante para a cidade a Prefeitura não se faça representar nesse momento. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, Dr. Antônio. Último orador da nossa audiência pública, Dr. Gonzalo Perez, por gentileza.

O SR. GONZALO PEREZ - Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Vou procurar ser breve.

Meu nome é Gonzalo Perez, eu sou Diretor-Presidente do CCRON, do Conselho Comunitário da Região Oceânica, uma organização civil que luta por melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região Oceânica. Este ano o CCRON estará fazendo trinta anos de lutas. Uma das principais lutas que o CCRON sempre teve foi de saneamento. Lá atrás, se lutou para termos na região Oceânica água e esgoto. Bom, hoje na Região Oceânica nós temos água e esgoto. Não é o que nós gostaríamos, e nós estamos lutando para melhorar, tem que ser melhor. A questão de balneabilidade é muito simples, os nossos rios e o saneamento básico deve ser feito por, vamos dizer, por bacias hidrográficas? Claro, porque é aí que é o interesse. Mas,